

REVOLUÇÃO FRANCESA: A INFLUÊNCIA DOS PENSADORES DO SÉCULO XVIII (1700-1789)

FRENCH REVOLUTION: THE INFLUENCE OF 18TH CENTURY THINKERS (1700-1789)

Erickson Pinho de Rezende¹

Aldonei da Silva Lopes²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo, verificar como a sociedade francesa pensava a Revolução Francesa, no século XVIII. A metodologia utilizada foi de bibliografias específicas sobre o assunto. A sociedade francesa do século XVIII era estratificada e hierarquizada, dividida em clero, nobreza e burguesia. A Revolução Francesa foi o acontecimento mais importante da Era Moderna, marcando o início da Época Contemporânea. A Revolução Francesa teve sentido próprio, manifestado na tomada do poder pela burguesia, na participação ativa dos camponeses e artesãos, na superação das instituições feudais do Antigo Regime e na preparação da França para a caminhada em direção ao capitalismo industrial. A política na França pré-revolucionária mostrava os sinais da decadência acumulada dos outros Reis absolutos, principalmente um déficit crônico no reinado Luís XVI, que subiu ao trono em 1774.

Palavras-chave: Revolução Francesa, Sociedade, Pensadores.

1 Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) – Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade de Cuiabá (UNIC) – Pós-graduado em Educação Ambiental pela Faculdade Campos Elíseos (FCE) – Pós-graduado em Direito Eletrônico pelo Grupo Educacional IBRA – Graduando do Curso de Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) – Email: erickson.rezende.adv@gmail.com

2 Doutor em História, atualmente professor da Rede Pública de Brusque/SC. – Email: lopesaldonei09@gmail.com.

Abstract: This work has as objective, to verify as the French society thought the French Revolution, in the century XVIII. The used methodology was of specific bibliographies on the subject. The French society of the century XVIII was estratified and nested, divided in clergy, nobility and bourgeoisie. The French Revolution was the most important event of the Modern Era, marking the beginning of the Contemporary Time. The French Revolution had felt own, manifested in the taking of the power by the bourgeoisie, in the peasants' active participation and artisans, in the surpass of the feudal institutions of the Old Regime and in the preparation of France for the walk in direction to the industrial capitalism. The politics in the France prérevolutionary showed the signs of absolute other Reis' accumulated decadence, mainly a chronic deficit in the reign Luís XVI, that arose to the throne in 1774.

Keywords: French Revolution, Society, Thinkers

INTRODUÇÃO

Como a Revolução Francesa não teve apenas por objetivo mudar um governo antigo, mas abolir a forma antiga da sociedade, ela teve de ver-se a braços a um só tempo com todos os poderes estabelecidos, arruinar todas as influências reconhecidas, apagar as tradições, renovar costumes e os usos e, de alguma maneira, esvaziar o espírito humano de todas as ideias sobre as quais se tinham fundado até então o respeito e a obediência.

As instituições feudais do Antigo Regime iam sendo superadas à medida que a burguesia, a partir do século XVIII, consolidava cada vez mais seu poder econômico.

A sociedade francesa exigia que o país se modernizasse, mas o entrave do absolutismo apagava essa expectativa.

O descontentamento era geral, todos achavam que essa situação não podia continuar. En-



tretanto, um movimento iniciado há alguns anos, por um grupo de intelectuais franceses, parecia ter a resposta. Esse movimento criticava e questionava o regime absolutista. Eram os iluministas, que achavam que a única maneira possível de a França se adiantar em relação à Inglaterra era passar o poder político para as mãos da nova classe, isto é, a burguesia. Era preciso destituir a nobreza que, representada pelo Rei, se mantinha no poder.

A Revolução Francesa significou o fim da monarquia absoluta na França. O fim do antigo regime significou, a subida da burguesia ao poder político e também a preparação para a consolidação do capitalismo. Mas a Revolução Francesa não ficou restrita à França. Suas ideias espalharam-se pela Europa, atravessaram o oceano e vieram para a América Latina, contribuindo para a elaboração de nossa independência política. Por esse seu caráter ecumênico é que se convencionou ser a Revolução Francesa o marco da passagem para a Idade Contemporânea.

Considera-se a Revolução Francesa de 1789 o acontecimento político e social mais espetacular e significativo da história contemporânea. Foi o maior levante de massas até então conhecido que fez por encerrar a sociedade feudal, abrindo caminho para a modernidade.

Este trabalho tem por objetivo identificar o pensamento da população francesa sobre a Revolução Francesa, bem como identificar o pensamento dos grandes pensadores daquela época.

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, foi de referências bibliográficas, bem como de material obtido através de revistas.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS À REVOLUÇÃO FRANCESA

No século XVIII, a situação da França era de extrema injustiça social. O Terceiro Estado era formado pelos trabalhadores urbanos, camponeses e a pequena burguesia comercial. Os impostos eram pagos somente por esta última camada social com o objetivo de manter os luxos da nobreza.

Segundo Soboul (1974, p. 9)

No fim do século XVIII, a estrutura social da França permanecia de essência aristocrática: conservava o caráter de sua origem, da época em que a terra constituía a única forma de riqueza social e conferia, portanto, aos seus possuidores o poder sobre os que cultivavam. A monarquia dos Capetos, ao preço de grandes esforços, havia despojado inteiramente os senhores de seus direitos realengos: estes tinham conservado apenas seus privilégios sociais e econômicos. Os direitos senhoriais sempre sublinhavam a sujeição dos camponeses.

Nessa época a França era um país absolutista. O rei governava com poderes absolutos, controlando a economia, a justiça, a política e até mesmo a religião dos súditos. Havia a falta de democracia, pois os trabalhadores não podiam votar, nem mesmo dar opiniões na forma de governo. Ao contrário, os opositoristas eram presos na Bastilha, prisão política da monarquia, ou condenados à guilhotina.

A sociedade francesa do século XVIII era estratificada e hierarquizada. No topo da pirâmide social, estava o clero que também tinha o privilégio de não pagar impostos. Abaixo do clero, estava a nobreza formada pelo rei, sua família, condes, duques, marqueses e outros nobres que viviam de banquetes e muito luxo na corte. A base da sociedade era formada pelo terceiro estado (trabalhadores, camponeses e burguesia) que sustentava toda a sociedade com seu trabalho e com o pagamento de altos impostos. Pior era a condição de vida dos desempregados que aumentavam em larga escala nas cidades francesas.

Para Coggiola (1990, p. 26) a noção de história e revolução é vista “[...], a partir da construção do conceito de soberania, como uma prática política da Revolução Francesa, nos leva a pensar de maneira unívoca um processo que na verdade é bastante complexo e cheio de movimentos contraditórios”.

A vida dos trabalhadores e camponeses era de extrema miséria, portanto, desejavam melhorias na qualidade de vida e de trabalho. A burguesia, mesmo tendo uma condição social melhor, desejava uma participação política maior e mais liberdade econômica em seu trabalho.

Para muitos historiadores a Revolução Francesa faz parte de um movimento revolucionário

global que começou nos Estados Unidos em 1776, atingiu a Inglaterra, a Irlanda, a Holanda, a Bélgica, a Itália, a Alemanha, a Suíça e culminou na França, em 1789, onde adquiriu um caráter mais violento.

Apesar de alguns traços comuns a todos esses movimentos, a Revolução Francesa teve um sentido próprio, uma especificidade, que se manifestou na tomada do poder pela burguesia, na participação ativa dos camponeses e artesãos, na superação das instituições feudais do Antigo Regime e na preparação da França para a caminhada em direção ao capitalismo industrial.

O desenvolvimento econômico fortaleceu a burguesia, que passou a aspirar ao poder político e a discutir os privilégios da nobreza. Os camponeses possuidores de terras queriam libertar-se das obrigações feudais que deviam aos senhores.

A França tinha nessa época aproximadamente 25 milhões de habitantes, sendo que mais de 20 milhões viviam na zona rural. Essa população formava uma sociedade de estamentos resquício da Idade Média, mas já se percebia nela uma divisão de classes. O clero era composto por cerca de 120 mil religiosos, divididos em alto clero, bispos e abades que estavam ao nível da nobreza, e baixo clero, padres e vigários de baixa condição econômica e social; o conjunto do clero constituía o Primeiro Estado (ARRUDA, 1976, p. 158).

A nobreza o Segundo Estado, era formada de 350 mil membros; a nobreza palaciana vivia das pensões reais, usufruindo dos cargos públicos; a nobreza provincial vivia no campo, em situação de penúria econômica. Havia ainda a chamada nobreza de toga, constituída por elementos oriundos da burguesia, que compravam seus cargos políticos e administrativos.

O Terceiro Estado representava o restante da população, cerca de 98%: a alta burguesia composta por banqueiros, financistas e grandes empresários; a média burguesia formada pelos profissionais liberais, médicos, dentistas, professores, advogados etc.; a pequena burguesia, os artesãos, os lojistas e o povo, os sans-culottes, camada social heterogênea de artesãos, aprendizes e proletários. As classes populares rurais, que chegavam a 20 milhões.

Citado por Soboul (1974, p. 31), Sieyes explica que sobre a sociedade do Terceiro Estado é que: “O Terceiro Estado abarca, assim, tudo o que pertence à nação; e tudo o que não é do Terceiro

Estado não se pode considerar como sendo nação”.

Sobre a massa da população, o Terceiro Estado, pesava o ônus dos impostos e das contribuições para o rei, para o clero e nobreza. As outras duas ordens, as privilegiadas, tinham isenção tributária: não pagavam impostos e usufruíam das vantagens concedidas pela monarquia sob a forma de pensões e cargos públicos. A principal reivindicação do Terceiro Estado era a abolição desses privilégios e a instauração da igualdade civil.

O Estado não tinha uma máquina administrativa para cobrar os impostos, a cobrança de impostos era feita por arrecadadores particulares, que se aproveitavam ao máximo, espoliando o Terceiro Estado. Como os gastos eram excessivos, os déficits orçamentários se avolumavam. Na época da revolução, a dívida externa da França chegava a 5 bilhões de libras, enquanto todo o seu meio circulante não passava de 2,5 bilhões. Essa situação foi denunciada pelos filósofos iluministas. Seus livros eram cada vez mais lidos: formavam-se clubes para sua leitura. A burguesia cada vez mais tomava consciência dos seus problemas e dos seus direitos, e procurava conscientizar a massa para obter o seu apoio (Ibid).

Existiam todas as condições necessárias para precipitar uma revolução. Faltava apenas o momento oportuno, uma conjuntura favorável.

O ministro propôs que esses dois Estados abdicassem dos seus privilégios tributários, pagando impostos para tirar o Estado da falência financeira. Os nobres recusaram-se a aceitar estas medidas, além de provocarem revoltas de protesto nas províncias em que seu poder era mais forte.

O novo ministro, Necker, com a conivência dos nobres, convenceu o rei a convocar a Assembléia dos Estados Gerais, que não se reuniam desde 1614. O que se pretendia é que o Terceiro Estado pagasse os impostos que o clero e os nobres não queriam pagar. As eleições foram realizadas em abril de 1789, coincidindo com as revoltas geradas pela péssima colheita desse ano. Em Paris, os panfletos dos candidatos atacavam os erros do Antigo Regime e agitavam a massa urbana, os sans-culottes, cerca de 200 mil numa população de 600 mil habitantes (Ibid).

O primeiro impasse nas eleições surgiu quanto ao número de representantes de cada Estado.

Até a última reunião dos Estados Gerais (1614), cada Estado tinha 300 deputados. Assim, clero e nobreza juntos teriam 600.

O Terceiro Estado desejava um número igual de deputados, alegando que representava a maioria da população.

Em maio de 1890 os Estados Gerais reuniram-se pela primeira vez no Palácio de Versalhes. Os deputados do Terceiro Estado foram informados de que a votação dos projetos seria feita em separado, por Estado. Isto garantia a vitória do clero e nobreza que votariam juntos. O Terceiro Estado negou-se a aceitar esta condição: ele tinha 578 deputados, a nobreza 270 e o clero 291. Como 90 deputados da nobreza e 200 do clero apoiassem o Terceiro Estado, este teria maioria absoluta desde que a votação fosse individual (Ibid.).

SOCIEDADE FRANCESA E SUA FORMAÇÃO

A estrutura da sociedade francesa conservou sua origem que havia sido formada por volta dos séculos X e XXI, sendo assim uma sociedade agrária, voltada para sua autossustentação.

Segundo Soboul (1974, p. 12) “a aristocracia (isto é, a nobreza e o alto clero; a ordem do clero não apresentava nenhuma unidade social) possuía um duplo problema, social e político”.

Ao estudarmos a sociedade francesa com suas peculiaridades, devemos identificar as classes sociais que dela fazem parte. Assim, temos que estudar a nobreza, o clero e a burguesia como alvos de nossa pesquisa.

As críticas ao regime aumentavam dia-a-dia. Os intelectuais, baseando-se nas teorias dos iluministas, não poupavam seus escritos para criticar desesperadamente o regime.

A situação econômica da França era crítica. A maioria da renda vinha da agricultura, onde as técnicas eram atrasadas em relação ao consumo do país. Dos 26 milhões de habitantes, 20 milhões viviam no campo em condições de vida extremamente precárias. Uma parte dos camponeses estava ainda sob o regime de servidão (on-line, 2005).

Para piorar a situação, parece que até a natureza ajudou a revolução: entre os anos de 1784 a 1785 houve inundações e secas alienadamente, fazendo com que os preços dos produtos ora subissem, não dando condições para que os pobres comprassem, ora descessem, levando alguns pequenos proprietários à falência.

NOBREZA

O nome designa um grupo social que surgiu na Europa durante a Idade Média, que gozava de direitos e privilégios concedidos pelo rei e que eram hereditários. Podemos dizer que todas as sociedades tradicionais tiveram sua nobreza.

A estrutura da nobreza que se formou na França feudal era composta pelo clero e o campesinato. A nobreza era a classe guerreira e proprietária de terras; além de possuir um código de honra que a distanciava das camadas inferiores.

Segundo Maranhão e Ruy in Super Interessante (1989, p. 17)

A nobreza fora derrotada em larga escala medida, mas o impasse provocado pela insatisfação popular e pela conspiração contra-revolucionária era visível. A multidão radicalizada, liderada por uma facção revolucionária da burguesia – os jacobinos –, exigia a punição dos contra-revolucionários que agiam sob a proteção do rei, o fim da monarquia e a implantação da república. Subiam ao comando do movimento os radicais Maximilien-François-Marie-Isidore de Robespierre e Georges-Jacques Danton.

Inarredáveis, transmitiam as funções de pai a filho; os parlamentares representavam uma grande força, muitas vezes em conflito com a realeza, mas profundamente vinculados aos privilégios de sua casta e hostis a toda reforma que os atingisse. Também foram violentamente atacados pelos filósofos.

Os nobres começaram a se interessar pelas empresas da burguesia, a empregar capitais nas indústrias novas, em particular nas empresas metalúrgicas. Alguns aplicaram em suas terras as no-



vas técnicas agrícolas. Nessa corrida ao dinheiro, uma fração da alta nobreza reaproximou-se da burguesia, com quem partilhava, em certa medida, as aspirações políticas. Mas a massa da nobreza provincial e da nobreza da Corte não tinha em vista senão a afirmação mais nítida de seus privilégios. Hostil às ideias novas, não reclamava dos Estados Gerais senão o tributo à sua primazia política e à sanção de seus privilégios.

Com efeito, a nobreza não constituía uma classe social homogênea, verdadeiramente consciente de seus interesses coletivos. A monarquia era alvo da oposição tenaz da nobreza parlamentar, das críticas dos grandes senhores liberais, dos ataques dos fidalgotes de província à margem das funções políticas ou administrativas e que sonhavam com um retorno à antiga Constituição do reino que não sabiam bem determinar. A nobreza da província, francamente reacionária, opunha-se ao absolutismo; a nobreza da Corte, esclarecia, tirava proveito dos abusos do regime, do qual reclamava a reorganização, sem ver que a abolição do mesmo lhe desfecharia o golpe de misericórdia.

CLERO

O clero segundo Soboul (1974, p. 26), se proclamava “o primeiro corpo do reino”. Possuía importantes privilégios, políticos, judiciários e fiscais. Tinha como principais características, a arrecadação do dízimo e a compra de propriedades imóveis.

A propriedade imóvel do clero era tanto urbana como rural. Esta classe possuía vários imóveis nas cidades, dos quais recebiam aluguéis. Este tipo de propriedade era mais importante que a rural.

A propriedade eclesiástica estava naturalmente fundamentada, comendo-se de fazendas isoladas, com rendimento medíocre, muitas vezes em consequência da má administração e do controle remoto exercido pelos beneficiários.

O dízimo era universal e pesava sobre as terras da nobreza.

BURGUESIA

A expressão, de origem francesa (*bourgeoise*), apareceu no século XXI, mas é no século XIII que começa a designar uma classe social específica, formada pelos detentores de fortunas essencialmente mobiliárias (comerciantes, industriais, controladores de dinheiro) e os membros das profissões liberais.

É também por essa época que a burguesia, enriquecida pelo desenvolvimento dos negócios, ingressa na cena política. Com o aparecimento da máquina e do sistema industrial, o conceito de burguesia passou a designar o conjunto dos empregadores, em contraposição aos empregados.

Para Godechot (1976, p. 34),

[...] a situação ocupada no Estado pela burguesia e pelo campesinato não correspondia ao papel econômico e à força real dessas duas classes sociais. Embora a burguesia não cessasse de crescer em número e em riqueza, desde o início do século, era cada vez mais despojada das grandes funções públicas.

Essa situação foi no século XVII contrária, visto que eram essas duas classes que forneciam ao Estado os principais líderes do parlamento, da marinha, do exército e da igreja. No século XVIII, esses postos foram reservados à nobreza.

Esse mesmo autor (1976, p. 34) salienta ainda, “[...], se a nobreza tende a monopolizar os cargos é porque se encontra cada vez mais em piores condições para viver de suas rendas, em consequência da elevação dos preços desde 1730”.

O PODER DO REI

Para compreendermos os acontecimentos que transformaram a sociedade francesa, primeiro

deve-se considerar o processo de centralização do poder nas mãos do rei.

Assim, devemos avaliar em que medida a reunião das funções atribuídas ao governo, na figura do rei imprimiu uma nova dinâmica às relações sociais e ao exercício do poder que geraram grandes tensões.

Para Cavalcanti (1997, p. 14) “... a centralização do poder, típica da monarquia absolutista significou do ponto de vista do rei – o controle de um duplo monopólio: o monopólio fiscal e o monopólio da violência”.

Assim enfatiza Carlyle (1992, p. 24)

Morrem os soberanos e morrem as soberanas; tudo morre, durando apenas um pedaço de tempo, um fantasma de tempo, que não obstante se considera real! Os reis merovíngios, rodando lentamente nos seus carros de bois através das ruas de Paris, de longa cabeleira ao vento, rodavam todos lentamente – para a eternidade.

O que restava do prestígio de Luís XVI, de resto um homem afável e avesso aos gestos violentos, se desfez em razão de uma desastrada e desesperada tentativa de fuga, ocorrida em 20 de julho de 1791. Antes, o rei já havia passado por outras humilhações. A cinco de outubro de 1789, por exemplo, uma multidão de mulheres marchara de Paris até Versalhes. No dia seis elas invadiram o Palácio de Versalhes e obrigaram-no a voltar, ele e sua família, para o Palácio das Tulherias, em Paris, onde seria colocado sob vigilância popular. O monarca e os seus passaram a morar nas Tulherias, como se fossem prisioneiros de fato.

Na noite de 20 para 21 de junho de 1791, numa trama arquitetada por Axel de Fersen, um aristocrata estrangeiro muito próximo à rainha Maria Antonieta, o rei Luís XVI tentou escapar da França, acompanhado pela esposa e seus quatro filhos e um grupo reduzido de cortesãos. Sua Majestade escapuliu do Palácio das Tulherias secretamente numa carruagem rumo à Bélgica.

A fuga de Luís XVI fazia parte de um plano contra-revolucionário. Muitos nobres que se exilaram logo após a tomada da Bastilha queriam que Luís XVI comandasse uma invasão da França

apoiado pelos exércitos dos reis estrangeiros. Para tanto, para proteger-se, a ele e aos seus, era preciso sair a qualquer custo de Paris. Provas desse plano foram posteriormente encontradas nos papéis do rei existentes dentro de um armário de ferro nas Tulherias. A Coroa pagara regamente o tribuno da revolução.

LUÍS XVI

O rei Luís XVI se recusou a assinar os Decretos de 4 e 5 de agosto e a Declaração dos Direitos do Homem, abrindo uma nova crise na Assembleia Nacional. Em outubro, ocorreram novas jornadas populares, quando o povo cercou e invadiu o Palácio de Versalhes, exigindo o retorno do monarca a Paris.

Pressionado pela ameaça de violência popular e pelos deputados, Luís XVI foi obrigado a sancionar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e os primeiros artigos já elaborados da Constituição, pelos quais tornou-se rei dos franceses não apenas “pela graça de Deus”, mas pela “lei constitucional do Estado”. Dentro dos princípios do liberalismo defendidos pela burguesia, a Constituinte eliminou a monarquia absolutista, os Estados Gerais, as ordens, os privilégios, o feudalismo. Em seu lugar instituiu a monarquia constitucional, a soberania da nação encarnada pela Assembleia, igualdade de todos perante a lei, a cidadania e a divisão dos poderes.

Os projetos de leis apresentados na Assembleia Nacional eram discutidos preliminarmente por alguns deputados burgueses e nobres liberais, defensores do novo regime, no “Clube Bretão”, surgido em Versalhes, às vésperas da instalação dos Estados Gerais. Entre seus membros, destacavam-se os burgueses Barnave, Brissot e Robespierre. Em outubro de 1789, o Clube transferiu-se para Paris, abrindo-se à participação de não deputados. Estabeleceu-se no Convento dos Jacobinos, a rua Saint Honoré, passando a se chamar “Clube dos Amigos da Constituição” ou “Clube dos Jacobinos”, como



se tornou mais conhecido, Chegou a possuir filiais em cerca de 150 cidades francesas, tendo forte atuação política até 1749 quando foi extinto.

A fuga do rei revelava claramente que a aristocracia era contrária a revolução. Ela trouxe embaraços para parte da burguesia que pretendia manter a monarquia constitucional e fez crescer a ideia de ré pública. Provocou também uma cisão no Clube dos Jacobinos, ocasionando a saída dos elementos mais moderados, liderados por Barnave, que eram favoráveis a uma composição com a monarquia. Os que saíram, instalaram-se na mesma rua Saint Honoré, no Convento dos Feuillants, fundando um novo clube. Sob sua influência, Luís XVI foi mantido no trono.

Em setembro de 1791 foi promulgada a primeira Constituição francesa, cujas disposições vinham sendo votadas desde fins de 1789. Para a burguesia em geral, o período revolucionário estava encerrado, mas os deputados mais radicais exigiam o julgamento do rei; os “sans-culottes”, reclamavam do voto censitário e da alta dos preços que continuava incontrolável; os camponeses se revoltaram porque não lhes tinha sido dada qualquer ajuda para liquidar seus débitos com os antigos senhores.

JACOBINOS OU SANS-CULOTTES E GIRONDINOS

Jacobinos ou Sans-Culottes

Para Péronnet (1988, p. 248), o termo *Sans-Culottes* é

[...] empregado durante o período revolucionário, sobretudo a partir de 1792, para designar as massas populares urbanas, mais especificamente as dos subúrbios do leste de Paris, o de Saint-Antonie, na margem direita, e o de Saint-Marcel, na margem esquerda do Sena”.

Jacobinos eram membros da facção política liderada por Robespierre, marcada pelas ideias democráticas radicais e por extrema violência quando esteve no poder.

Godechot (1976, p. 217), define o termo *Sans-Culottes* da seguinte forma:

Trata-se de um grupo social bastante heterogêneo, formado de trabalhadores independentes, pequenos comerciantes, artesãos e também operários, oficiais e aprendizes. Neste grupo, os “proletários” – no sentido atual do termo – não são os mais numerosos e não chegam a constituir a vanguarda revolucionária da classe dos “sans-culottes”.

O Sans-culottes era o braço mais pobre dos exércitos revolucionários, compostos por trabalhadores. O nome vem do fato de não usarem culotes como os ricos, mas calças.

Os jacobinos tinham esse nome derivado do seu local de encontro, o Convento de S. Jacques, em Paris. Com o tempo o clube dos jacobinos tornou-se uma poderosa facção revolucionária, compostas pelos democratas mais ardentes e pelos revolucionários mais radicais, que terminaram por formar dentro do eclético corpo do jacobinismo militante, outras tendências, como a dos *Cordelliers* e a dos *Feuillants*.

Politicamente eles representavam a massa dos *sans-culottes*, os setores mais pobres da sociedade francesa, os trabalhadores jornalheiros e parte considerável da classe média dos jornalistas, dos advogados e pequenos profissionais que, com o rugir da revolta, assumiram as posições mais extremadas. Inicialmente os jacobinos aceitaram a monarquia constitucional, mas depois, especialmente depois da fuga do rei, foram os mais ardorosos defensores de uma república revolucionária.

Péronnet (1988, p. 248), explica que na esfera política, “[...] os *sans-culottes* formam a armadura das seções parisienses e dos comitês revolucionários, aos quais a organização do Terror atribui um papel”. Já na esfera social, “[...], os *sans-culottes* representam cidadãos que vivem do seu trabalho, seja como artesãos, seja como profissionais de ofícios; alguns, depois de uma vida laboriosa, se tornam pequenos proprietários na cidade, e usufruem as rendas de um imóvel”.

Os seus líderes mais representativos foram Maximilien Robespierre, um parlamentar vindo de Arras; Georges Danton, o maior tribuno da revolução depois de Mirabeau; Louis Saint-Just, um jovem orador que encarnou os extremismos dos jacobinos; e Georges Couthon.

Agora que os jacobinos estavam no poder, era preciso controlar os movimentos populares.

O governo dos jacobinos terá como característica principal sua posição moderada na esquerda. Os jacobinos fazem parte de um governo popular, mas não tomam medidas que atendam aos interesses de todas as faixas da população e sim medidas mais ligadas à pequena burguesia francesa.

No dia 13 de julho de 1793, o ídolo popular Marat é assassinado por uma mulher membro do partido girondino. A partir daí a população exige a radicalização da revolução.

Inicia-se o terror: todos os elementos suspeitos de ligações com os girondinos e com a aristocracia contra-revolucionária são massacrados ou executados nas guilhotinas, depois de julgamentos populares.

Reformas imediatas são feitas: a principal foi a redistribuição da propriedade, surgindo condições para o aparecimento de três milhões de pequenas propriedades na França. As reformas atingem até mesmo o calendário oficial, que adquire características marcadas e anticlericais e passa a basear-se nos fenômenos da natureza. Por exemplo, o mês do calor (julho, na Europa) transforma-se no mês do Termidor; dezembro, o mês das neves (inverno), transforma-se no Nevoso.

Robespierre tenta, com alguma habilidade inicial, manter-se no centro para governar. Aos poucos começa a atacar seus aliados da esquerda: foram presos e executados elementos como Hebert e Jacques Roux. Com a liquidação dos elementos de extrema esquerda, Robespierre não pode contar com um apoio seguro dos *sans-culottes*. Quer, a todo custo manter-se no meio da esquerda, incorruptivelmente. Golpeia depois seus companheiros que tinham uma posição mais próxima da direita moderada; como exemplo, temos a execução de Danton.

Robespierre, durante a ditadura dos jacobinos, consegue uma série de êxitos: liquida a contra-revolução da Vendéia e obtém várias vitórias contra os inimigos externos da revolução (entre esses inimigos, contava-se não só a Prússia e a Áustria, mas também a poderosa Inglaterra); acelera os processos do segundo terror, que executa, na guilhotina, vários contra-revolucionários. os líderes que podiam mobilizá-los? Todos executados. O governo jacobino estava só.

Girondinos

Foram republicanos moderados da Assembleia Legislativa. Chamados assim porque a maioria de seus membros vinha da região de Gironda, sul e sudeste da França.

A rivalidade da Gironda e da Montanha, não obstante sua comum vinculação burguesa, reveste, em consequência das opções políticas, um incontestável caráter de classe. Porta-voz da burguesia de negócios, a Gironda pretendia defender a propriedade e a liberdade econômica contra as limitações reclamadas pelos *Sans-Culottes*: regulamentação, taxaço, requisiço, curso forçado do assinado.

Robespierre respondera antecipadamente no primeiro número de *Lettres à ses commettants*, em 30 de setembro de 1792, denunciando os falsos patriotas “eu desejam constituir a República apenas para si mesmos, que pretendem governar apenas no interesse dos ricos”. Os Montanheses, sobretudo os Jacobinos, se esforçaram no sentido de dar à realidade nacional um conteúdo positivo capaz de unir as massas populares. Saint-Just, em seu discurso sobre os víveres, em 29 de novembro de 1792, sublinhou a necessidade “de tirar o povo de um estado de incerteza e de miséria que o corrompe”; “podeis, num instante, dar uma pátria ao povo francês”: detendo os danos da inflação, garantindo ao povo a sua subsistência, ligando “estritamente sua felicidade e sua liberdade”.

Obstinando-se em salvar o rei, os Girondinos pretendiam circunscrever o conflito com a Europa. Assim, pendiam, conscientemente ou não, para um compromisso com a aristocracia: atitude inconsequente da parte de homens que, em novembro de 1792, tinham pregado a guerra propagandística. À nação, identificada com a República e apoiada na reforçada solidariedade da burguesia montanhense e do povo *sans-sulotte*, a execução do rei não deixava outra saída que não a vitória.

As derrotas de março de 1793, a insurreição da Vendéia e o perigo daí resultante selaram o destino da Gironda. Ela recusou-se até o fim a qualquer concessão. Em 13 de março de 1793, Vergniaud ainda proclamava: “Para o homem social, a igualdade não é senão a dos direitos”; era manter

a primazia da propriedade e da riqueza. As jornadas de 31 de maio-2 de junho de 1793, através das quais as seções parisienses eliminariam os Girondinos da Convenção, apresentam um duplo aspecto nacional e social. Jaurès negou-lhes caráter de classe: os Girondinos ter-se-iam perdido “simplesmente [por seu] espírito de partido estreitado em espírito de facção e de corrilho”.

Por apego aos princípios de Noventa e três e por preocupação com a independência nacional, os Girondinos recusaram a aliança vendeana e o apelo ao estrangeiro: mas, pela desconfiança em relação às massas populares, por sua repugnância em se integrar numa nação ampliada, não tinham deixado de fazer o jogo da aristocracia e da coalizão.

Os girondinos, por sua vez, eram os deputados de um departamento do interior da França, a Gironda, área próspera da costa atlântica, tendendo a representar os interesses comerciais e a visão de mundo da burguesia ilustrada, que oscilava entre a monarquia constitucional e a república. A posição deles a favor da conciliação com a monarquia os levou à perdição quando a França foi invadida e encontraram-se os documentos comprometedores da ação do rei.

OS GRANDES PENSADORES DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Os escritores franceses do século XVIII provocaram uma verdadeira revolução intelectual na história do pensamento moderno. Suas ideias caracterizavam-se pela importância que davam à razão: rejeitavam as tradições e procuravam uma explicação racional para todas as coisas.

Os filósofos e economistas procuravam novos meios para dar a felicidade aos homens. Atacavam violentamente a injustiça, a intolerância religiosa, os privilégios. Suas opiniões abriram caminho para a Revolução Francesa, pois puseram à mostra os erros e vícios ao Antigo Regime.

Segundo Arruda (1976, p. 137), “as novas ideias conquistaram numerosos adeptos, a quem pareciam trazer a luz, o conhecimento. Por isso, os filósofos que as divulgavam foram chamados iluministas e a sua maneira de pensar Iluminismo”.

A filosofia iluminista voltou-se para o estudo da natureza e da sociedade. O uso da razão era considerado indispensável à compreensão dos fenômenos naturais e sociais. Segundo os iluministas, até a crença devia ser racionalizada. Por isso, eram deístas, isto é, acreditavam que Deus está presente na natureza e, como o homem faz parte da natureza, Ele também se encontra presente no coração do próprio homem que pode descobri-lo através da razão. A Igreja tornava-se, assim, uma instituição dispensável para encontrar Deus, bastava levar uma vida piedosa e cheia de virtudes.

Podemos dividir os pensadores iluministas em dois grupos: o dos filósofos, que se ocuparam principalmente com os políticos, sociais e religiosos; e o dos economistas, que procuraram uma maneira de aumentar a riqueza das nações.

FRANÇOIS–MARIE AROUET (VOLTAIRE)

François–Marie Arouet, dito Voltaire, escritor francês, originário, por parte de mãe, de uma família da pequena nobreza, fez os seus estudos no colégio Louis-le-Grande, então dirigido pelos jesuítas. Introduzido, ainda jovem, na alta sociedade do tempo. Voltaire foi encarcerado durante 11 meses na Bastilha, como responsável por um panfleto que não escrevera. Aproveita o tempo de prisão para escrever a sua primeira tragédia Édipo, cujo sucesso, em 1718, abre-lhe o acesso aos meios intelectuais.

Em consequência de desentendimento com um nobre, Voltaire é obrigado a expatriar-se na Inglaterra, onde viveu três anos, a partir de 1726. Escreve um dos seus livros mais importantes, as *Lettres anglaises ou philosophiques* (1794; Cartas inglesas ou filosóficas), e nas quais compara o liberalismo das instituições e dos costumes britânicos com o absolutismo reinante na França.

Eleito em 1746 para a Academia Francesa, Voltaire, cinco anos depois, aceita o convite do imperador da Prússia, Frederico II, e vai morar nas cortes alemãs de Berlim e Potsdam, de onde, ao fim de três anos e de desinteligências com o soberano, regressou à França.

Contudo, o verdadeiro Voltaire não deve ser procurado nem nas tragédias, nem nos poemas épicos, quer se trate de uma epopeia burlesca, quer se trate de uma epopeia heroica. O mais autêntico Voltaire está no *Dictionnaire philosophique*, nos seus numerosos panfletos, nas Cartas inglesas e nos contos, de que *Candide* é, ao mesmo tempo, a obra prima e o título mais conhecido.

Acrescente-se que sua obra, em certo sentido, é menos importante literária ou ideologicamente do que do ponto de vista histórico; por ter escrito o que escreveu no momento em que o escreveu, por ter tido as suas ideias na época em que as teve, é que Voltaire constitui um dos cimos do pensamento humano e uma das glórias mais indiscutíveis na história da inteligência. Acima de tudo, foi ele um escritor, isto é, um homem cuja biografia é a história dos seus livros, e que fez da palavra escrita o instrumento por excelência da reforma social.

Segundo Cavalcante (1997, p. 36-37), para Voltaire, “O povo deve ser dirigido e não instruído; ele não é digno de sê-lo. Quarenta mil sábios, é mais ou menos o que eles precisam”. Com isso, fica claro que o pensamento de Voltaire sobre a população francesa, é de que, esta estava totalmente submissa às ordens que lhe eram dadas. Todavia, esse pensador, estava abrindo os olhos da população quando disse esta frase.

JEAN JACQUES ROUSSEAU

Jean Jacques Rousseau, filósofo francês. De família calvinista, aos 16 anos converteu-se ao catolicismo e esteve, durante longo tempo, sob a proteção de M.me de Warens, na Itália, onde estudou num seminário lazarista. Abandonou o curso e voltou à Suíça, estabelecendo-se em Lausanne, como professor de música. Fez uma viagem a Paris, onde se demorou poucos dias, retornando depois à companhia de sua protetora. Em 1742, foi novamente à capital francesa, levando um esquema de notação musical de sua autoria, além de uma comédia, uma ópera e originais de alguns poemas. No ano seguinte, ocupou o cargo de secretário do embaixador francês em Veneza. Nessa época escreveu um

ballet intitulado *Les Muses galantes* (1745; As mUsas galantes), que foi encenado na Ópera de Paris. De volta à França, tornou-se amigo de Diderot e Condillac, e foi incumbido pelo primeiro de escrever os artigos sobre música para a *Grande Encyclopédie*.

Em 1770 voltou a Paris e tentou por todos os modos justificar suas ideias. Durante os dois últimos anos de vida, encontrou maior tranquilidade de espírito, escrevendo então a mais delicada de suas obras, *Rêveries du promeneur solitaire* (1783; Devaneios do caminhante solitário), livro impregnado de profundas reflexões sobre a natureza e os sentimentos do homem. Em maior de 1778, mudou-se para um pavilhão na propriedade do marquês René de Girardini, onde faleceu subitamente, seis semanas mais tarde. Foi sepultado na Île des Peupliers, no lago de Ermenonville, mas, durante os anos sangrentos da Revolução Francesa, seus restos foram removidos para o Panthéon, em Paris.

Uma afinidade há entre os pensamentos de Rousseau e Voltaire, onde indica que ambos refletiam criticamente sobre a sociedade do Antigo Regime implantado em Paris, e acreditavam na possibilidade de a filosofia vir a auxiliar os homens em sua conduta. Nessa linha de pensamento há uma convergência de suas filosofias. Para Voltaire, condenava o cristianismo como a negação da razão e Rousseau rejeitava as formas de sua época por não estarem de acordo com a natureza. Para este último, sente antes de pensar, e por esta razão importa-lhe mais o que ele experimenta, a bondade que lhe é natural e sua necessidade de amar e ser amado.

CHARLES LOUIS DE SECONDAT (barão de La Bréde e de Montesquieu)

Charles Louis de Secondat, barão de *La Bréde* e de Montesquieu – Escritor e filósofo francês. Tendo centralizado sólidos estudos de direito, tornou-se em 1716, presidente togado da corte de justiça de Guyenne. A essa época, dominado pelo espírito do século, interessou-se pelas ciências físicas e naturais. Em 1721, surpreendentemente, publicou, sem assinatura uma obra em que, de mistura com uma intriga de serralho um pouco picante, de acordo com gosto da época, aproveitou a correspon-



dência entre dois persas em viagem pela Europa para fazer severas críticas aos costumes franceses, à monarquia absoluta, à ortodoxia religiosa e ao papa, introduzindo já algumas das ideias centrais de sua obra futura. O sucesso do livro abriu-lhe as portas dos salões literários parisienses, que frequentara até 1728, ano a partir do qual realizou sucessivas viagens pela Europa. Depois de 1731 recolheu-se a seu castelo. Em 1734 publicou as *Considérations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence* (Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência), inicialmente uma parte de *L'Esprit des lois* (1748; O Espírito das leis), e onde apresenta sua concepção filosófica da história, procurando por detrás dos fatos as leis que regem a sorte política dos Estados.

GEORGE JAQUES DANTON

George Jaques Danton, político e revolucionário francês, advogado, filho de um magistrado provinciano e neto de camponeses prósperos, foi um dos mais populares vultos da Revolução Francesa. Fundador do *Club des Cordeliers*, membro da *Société des Amis de la Constitution*, formou ao lado dos jacobinos, participou da Comuna de Paris, tendo papel destacado nos acontecimentos de 10 de agosto de 1792, o que explica sua imediata escolha para integrar o conselho executivo provisório, de que foi a mais importante figura. É o herói civil da resistência nacional e o grande artífice da vitória de Valmy (1792). Para vencer o inimigo, disse: “precisamos de audácia, ainda mais audácia, sempre audácia e a França estará salva”. Discutida é sua responsabilidade nos massacres do mês de setembro (1792), quando o povo, fazendo justiça pelas próprias mãos, condenou sumariamente à morte mais de mil suspeitos de traição.

Deputado à Convenção, integra a Montanha e a 21 de setembro vota a supressão da realeza, embora, após Valmy, tivesse declarado ao futuro Luís Felipe ter ele muitas possibilidades de reinar. Defendeu a criação de um tribunal criminal extraordinário, para punir traidores e suspeitos, proclamando: “sejamos cruéis, para impedir que o povo seja”. Foi o verdadeiro dirigente do primeiro Comitê



de Salvação Pública, chamado ministério Danton

MAXIMILIEN FRANÇOIS MARIE ISADORE DE ROBESPIERRE

Maximilien François Marie Isadore de Robespierre, ou simplesmente Robespierre, como era mais conhecido, nasceu em 6 de maio de 1758 em Arras, França. Estudou Filosofia e Direito em Paris e, em 1781, estabeleceu-se como advogado em Arras. Logo foi nomeado juiz. Conhecido pela defesa dos pobres contra o absolutismo real e a justiça arbitrária, elegeuse deputado por Arras em 1789. Presidente do clube revolucionário dos jacobinos em 1790, defendeu reformas radicais durante a elaboração da constituição de 1791, o que lhe trouxe numerosas inimizades. Propôs a implantação do sufrágio universal, o livre acesso a cargos e honras públicos e a abolição de discriminações raciais e religiosas.

Robespierre começou a perder o apoio da população, que passava privações. Estarrecido, assistiu ao desencadeamento do Grande Terror no verão de 1794 e ao progresso da oposição. Para recuperar sua imagem diante da opinião pública, reapareceu diante do Comitê e, em 26 de julho, invocou a Convenção como seu juiz, mas não obteve o apoio esperado. Foi levado à prisão de Luxemburgo, onde a guarda se recusou a encarcerá-lo. Não quis liderar a insurreição a seu favor preparada pela Comuna e tentou o suicídio.

A Convenção declarou-o fora da lei e, em 28 de julho de 1794, foi guilhotinado na praça da Revolução, hoje praça da Concórdia, em Paris. Sua memória continuou sendo atacada e muitos de seus papéis foram destruídos. Com a ascensão dos movimentos populares do século XIX, teve seu prestígio resgatado.

Robespierre promete a Danton dedicação até à morte



Conforme Schuster (1942, p. 203-204) Esses dois sanguinários amigos e inimigos, Robespierre e Danton, foram advogados, *leaders* revolucionários, e ambos heróis e vítimas do regime do Terror. Nascidos com um ano de permissão, morreram na guilhotina com intervalo de alguns meses.

Quando começou em 1789 a Revolução Francesa, era Maximilien François Marie Isidore de Robespierre, então com a idade de trinta e um anos, deputado aos Estados Gerais, e Georges Jacques Danton alta patente da Guarda Nacional.

Ao falecer a mulher de Danton, deixando o marido preso de uma dor “excessiva como eram, aliás, todas as suas emoções” Robespierre, ainda bom amigo dele, lhe escreveu a seguinte carta, exprimindo a sua simpatia e imorredoura dedicação:

“Choremos Juntos...”

Meu caro Danton,

Se, no único pesar capaz de vencer um espírito como o seu, pode trazer-lhe algum consolo o saber que tem a dedicação e afetuosa simpatia de um amigo, venho oferecer-lhe a minha. Quero-lhe mais do que nunca e até à morte. Neste momento sinto-me um com você. Não feche o coração à voz da amizade que partilha toda a sua dor. Choremos juntos pelos nossos amigos e demonstraremos muito breve os efeitos do nosso pesar aos tiranos que são a causa dos nossos males públicos e das nossas desgraças privadas. Da Bélgica, meu amigo, é que lhe escrevo estas palavras que transbordam do meu coração. Já deveria ter ido vê-lo, mas preferi respeitar os primeiros momentos de sua grande aflição (SCHUSTER, 1942, p. 203-204).

Seu amigo,

Robespierre

Menos de um ano depois de escrita essa afetuosa carta, os amigos se inimizaram, lutando implacavelmente pelo incorruptível Robespierre. Danton, o ídolo do povo, embora servindo no Tribunal Revolucionário e votando pela morte do rei, recusou acompanhá-lo em tudo. Foi de Danton, o violento extremista, a frase “*De l’audace, encore de l’audace, toujours de l’audace!*” que se tornou o

lema inflamado da Revolução; e foi êsse mesmo Danton que foi mandado à guilhotina em 6 de abril de 1794 por ordem expressa de seu velho camarada Robespierre, autor dessa carta tão compassiva e afetuosa.

A sentença de morte de Danton acarretou a ruína de Robespierre. Ao cabo de quatro meses curtos e terríveis o incorruptível Robespierre, acusado de açambarcar excessivo poder, era executado aos trinta e seis anos por ordem da sua própria Junta de Salvação Pública.

A REVOLUÇÃO FRANCESA

A França passou, após apoiar a Guerra dos Sete Anos e a de Independência dos EUA, por um período de séria crise. Os cofres estavam vazios, a produção tinha sido péssima devido a um longo período de seca, e a maioria da população vivia na miséria total.

A ideia de uma revolução não tardou a vir. Partiu principalmente dos burgueses, interessados em defender não somente os seus ideais capitalistas, mas também os direitos de um povo oprimido. O contraste era enorme. De um lado milhares de pessoas sem nada para comer e ainda pagando altos impostos, e de outro uma minoria, os aristocratas, vivendo no luxo graças ao dinheiro pago pelo povo.

Quando nada pior poderia acontecer, o governo falhou novamente em um acordo com os ingleses. Isso aconteceu devido a ótima safra de vinho obtida, já que a estiagem foi procedida por um período de chuvas. Os franceses tinham interesses no mercado inglês e abriram também o seu para os produtos manufaturados ingleses, o que causou a quebra de várias empresas na França, que não podiam competir com o preço da concorrência.

Tudo isso era um incentivo aos burgueses, que viam seus ideais longe de serem postos em prática e nem mesmo a alta burguesia podia participar das decisões políticas, que cabiam aos aristocratas.

Os direitos dos trabalhadores foram restabelecidos, abolindo os privilégios garantidos aos



senhores feudais. Forçado pelos revolucionários, Luís XVI assinou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Dentro dos princípios do liberalismo defendidos pela burguesia, a Constituinte eliminou a monarquia absolutista, os Estados Gerais, as ordens, os privilégios, o feudalismo. Em seu lugar instituiu a monarquia constitucional, a soberania da nação encarnada pela Assembleia, igualdade de todos perante a lei, a cidadania e a divisão dos poderes.

Dentro do país, a situação fugia do controle dos girondinos. A crise financeira aumentou, assim como a inflação. Ao mesmo tempo, havia um exército formado também pelos nobres emigrados marchando pela França. Tudo isso incentivou os jacobinos a levarem armas às mãos do povo e declarar a “pátria em perigo”.

Travou-se uma guerra entre o exército dos emigrados e o exército popular. O primeiro foi vencido quando estava às portas de Paris, e logo o rei foi acusado de traição por agir contra seu próprio país e foi declarada a República. O rei e a família real foram feitos prisioneiros.

Os “sans-culottes” tomaram a Comuna de Paris (isto é, a prefeitura) e ali instalaram uma “Comuna Insurrecional”, expulsando as autoridades legais e enfrentando a Assembleia Legislativa. Centenas de “suspeitos” foram aprisionados. A partir de 2 de setembro, grupos de revolucionários “sans-culottes” invadiram as celas e mataram sumariamente os presos. Em quatro dias, 1300 pessoas foram mortas, nos massacres que ficaram conhecidos como o primeiro “terror”.

Os jacobinos continuavam sendo minoria nas reuniões, mas a partir de agora constituíam a “montanha”, por sentarem-se na parte mais alta do edifício. Eles agora exigiam a decapitação do rei, como símbolo do fim da supremacia girondina na revolução.

No dia 21 de Janeiro de 1793, Luís XVI “perdeu a cabeça”, no sentido literal da palavra. Isso levou a formação da Primeira Coligação, de vários países europeus, preocupados com o seu futuro com a ascensão burguesa da França, e sua respectiva concorrência.

Com o apoio das classes populares, o Comitê de Salvação Pública mobilizou todos os recursos da nação para vencer a forte coligação que lutava contra a França (Inglaterra, Áustria, Prússia,

Rússia, Holanda, Espanha, Portugal, estados alemães e estados italianos), estabelecendo racionamento de alimentos e a convocação em massa da população para a guerra.

No início de 1794, debelada a revolta da Vendéia e afastado o perigo de invasão da França pela coligação das monarquias europeias, o Terror voltou-se contra as facções existentes entre os próprios montanheses. Assim, foram conduzidos à guilhotina o moderado Danton e seus seguidores, os radicais chefiados por Hébert, permanecendo o grupo ligado a Robespierre. Apoiado por Saint Just e por Couthon, Robespierre procurou redistribuir as propriedades e criar uma nova religião, o culto ao “Ser Supremo”. À frente da Convenção, Robespierre não hesitou em utilizar-se do Terror e da Ditadura para ganhar a guerra externa e vencer os inimigos internos da Revolução.

A Revolução Francesa sofreu influência da Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775), pois esta foi responsável pelo agravamento da crise financeira da França, onde o comércio viu-se em dificuldade e os trabalhadores desempregados começaram a organizar motins em consequência da fome. A condição política da França era o absolutismo, onde o rei possuía poder absoluto. Essa monarquia absoluta empobreceu a França, com despesas de guerras e o luxo da suntuosa corte dos reis Luís XIV, Luís XV e Luís XVI.

Certos filósofos da época da revolução, tais como Hobbes, Voltaire, Descartes, Montesquieu e Rousseau criaram um movimento de ideias que tencionava mudar o pensamento político da época.

A burguesia (clero e os nobres) participava ativamente dos negócios públicos e gozava de muitos privilégios. O povo francês já não suportava tantos abusos: os camponeses além de impostos reais, pagavam dizimo para o clero e ainda eram pressionados pelo sistema feudal.

Luís XVI, a mando da Rainha, convocou uma sessão real, na qual seriam discutidas as questões mais importantes, entre elas a abolição dos privilégios feudais.

No dia 14 de julho iniciou a revolução, com o povo revoltado cercado a fortaleza da Bastilha (depósito de armas e prisão de Estado) e massacrando seus ocupantes. Os camponeses atacaram castelos e queimaram os registros feudais. A queda da Bastilha significava a queda do antigo regime.

Em decorrência da Revolução Francesa foi convocada uma assembleia em setembro de 1789 para elaborar um documento em que constassem os direitos de todos cidadãos e de terminava que o homem possuía liberdade de religião, direito a trabalho e segurança. Esse documento tem o nome de Declaração dos Direitos do Homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Francesa foi um importante passo na História da civilização moderna. Marcou o fim do sistema absolutista e dos privilégios da nobreza. O povo ganhou mais autonomia e seus direitos sociais passaram a ser respeitados. A vida dos trabalhadores urbanos e rurais melhorou significativamente.

Por outro lado, a burguesia conduziu o processo de forma a garantir seu domínio social. As bases de uma sociedade burguesa e capitalista foram estabelecidas durante esta revolução. A Revolução Francesa também influenciou com seus idealistas iluministas, fonte de nosso estudo, a outras revoluções que aconteceram na História mundial.

A sociedade francesa era formada por três classes principais: o clero, a nobreza e a burguesia. O primeiro foi considerado por alguns como o corpo do rei, pois, tinha privilégios muito grandes junto à realeza, além de ser a classe mais rica de todo o Estado absolutista; na nobreza estavam os guerreiros e grandes proprietários de terras, que juntos não deixavam que a “grande massa”, chamada burguesia, se erguesse; e por fim a burguesia, que era composta por profissionais liberais, que eram realmente aqueles que trabalhavam e faziam valer os seus direitos.

Dentro dessa última classe nascem os grandes idealistas dessa época chamados de “Iluministas”, por virem de classes mais baixas e fazerem valer seus direitos com o modo que faziam conduzir seus discursos e ideais lançados durante a Revolução Francesa, entre os quais se destacam Voltaire, Rousseau, Montesquieu, Danton e Robespierre, que diluíram com as camadas superiores, mostrando

que, com um pouco de conhecimento (adquiridos durante o Século das Luzes), toda a sociedade da época veio a abdicar aos preceitos que o Rei tinha para que fosse dissolvida essa Monarquia Absolutista e viesse a ser instaurada a República.

Desta forma, o poder nas mãos do rei foi por terra e o povo subiu ao poder, mostrando que toda essa força, mostrada para o povo, era apenas um grande engodo que a burguesia não conhecia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, José Jobson de A. **História moderna e contemporânea**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1976.

CARLYLE, Thomas. **História da Revolução Francesa**. Trad. e prefácio de Antônio Ruas. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CASTILHO, Maria Augusta de. **Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas**. 3. ed. rev. – São Paulo: Sugestões Literárias, 2002.

CAVALCANTE, Berenice. **A Revolução Francesa e a Modernidade**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina**. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo: Brasília, DF: CNPq, 1990.

CROUZET, Maurice. **A Época Contemporânea**. 2. ed. rev. e atual. Trad. Pedro Moacyr Campos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.



GALVÃO, Gilberto. O nascimento da democracia. In: **Super Interessante Especial**. Ano 3, nº 2, Junho/1989.

GODECHOT, Jacques. **As revoluções: 1770-1799**. Trad. de Erothildes Millan Barros da Rocha. São Paulo: Pioneira, 1976.

MARANHÃO, R.; RUY, J. C. Às armas, às armas, cidadãos.... In: **Super Interessante Especial**. Ano 3, nº 2, Junho/1989.

MOTA, Carlos Guilherme. **Revolução Francesa**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

PÉRONNET, Michel. **A Revolução Francesa em 50 palavras-chaves**. Prefácio Jacques Godechot; Trad. Rita Braga. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SCHUSTER, M. L. **As Grandes Cartas da História**. São Paulo: Revista dos Tribunais: Companhia Editora Nacional, 1942.

SOBOUL, Albert. **História da Revolução Francesa**. 2. ed. Tradução de Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. **A Revolução Francesa**. Tradução de Rolando Roque da Silva. São Paulo: DIFEL, 1974.

(Coleção “Saber Atual”). **(E-COMMERCE): CONTRAPONTO DO CONTRATO DE ADESÃO E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI 8.078/90)**³

3 Artigo apresentado ao Instituto Educacional IBRA, como requisito para a obtenção do título de pós-graduado em Direito Eletrônico. 2021